

A importância da educação ambiental como fonte de crescimento económico: o caso da Guiné-Bissau

*João Magalhães
Teresa Damásio*

Instituto Superior de Gestão, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2024.46/pp.33-46>

Resumo

O presente estudo consiste numa análise bibliográfica sobre a Educação Ambiental na Guiné-Bissau e a sua importância como fonte de crescimento e desenvolvimento económico. Como resultado, propõe-se uma alteração na estruturação da educação formal e não formal. O objetivo é incentivar à adoção de novas práticas mais amigas do ambiente por parte da população local, em diversas áreas estratégicas para o país. Deve-se introduzir no currículo escolar a sustentabilidade através da interdisciplinaridade. No Ensino Superior a estratégia passa por aumentar a oferta educativa em áreas do setor ambiental, bem como promover a investigação entre as universidades internacionais, empresas e desenvolver pós-graduações em estreita colaboração com outras universidades. Outro dos eixos estratégicos passa pela reorganização da formação de professores através da inserção da sustentabilidade nos seus cursos. A Educação Ambiental, atualmente, é uma forma de se atingir a justiça social, o crescimento económico e social de um país.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Guiné-Bissau; Educação; Ambiente.

Abstract

This study consists of a bibliographical analysis of environmental education in Guinea-Bissau and its importance as a source of economic growth and development. As a result, a change in the structure of formal and non-formal education is proposed. The aim is to encourage the local population to adopt new, more environmentally friendly practices in various strategic areas for the country. Sustainability should be introduced into the school curriculum through interdisciplinarity. In higher education, the strategy is to increase the educational offer in areas of the environmental sector, as well as promoting research between international universities, companies and developing post-graduate programmes in close collaboration with other universities. Another strategic axis involves reorganising teacher training by including sustainability in its courses. Environmental education is currently a way of achieving social justice and the economic and social growth of a country.

Keywords: Environmental education; Guinea-Bissau, Education; Environment.

Introdução

O antropocentrismo coloca o homem no centro do universo, tendo este a possibilidade de explorar tudo aquilo que o rodeia, inclusive a natureza. Com a evolução natural do mundo, tem-se assistido a uma sobre-exploração de muitos recursos naturais. Como bem sabemos, os recursos são ilimitados, no entanto, apresentam uma grande potencialidade para o crescimento e desenvolvimento económico de um país.

O ambiente e as políticas ambientais assumem hoje uma grande importância para as nações. Existem cada vez mais políticas a nível transnacional e nacional no âmbito de preservação do meio ambiente e que vão ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adequando-se à realidade económica e social de cada país.

A Educação Ambiental (EA) é hoje uma ferramenta crucial para que seja possível sensibilizar e consciencializar os cidadãos para a adoção de práticas mais amigas do ambiente. Mas para que se torne eficaz e para que a mensagem chegue aos principais destinatários é impreterível que esteja em consonância com a realidade socioeconómica, promovendo um discurso coerente e transversal aos diferentes públicos e meios em que está a ser comunicada.

Quando se fala em educar, não significa apenas instruir alguém sobre um determinado tema, o sentido é mais abrangente do que aquele que se pensa, “significa levar alguém a exprimir todas as potencialidades, a assumir a sua condição de sujeito... É um processo permanente e não um produto. Mais do que ensinar a alguém o que pensar ou o que fazer, é despertar neste o como pensar e agir” (Filho, 1987, p.41).

A EA está intimamente ligada ao termo de Desenvolvimento Sustentável (DS), no entanto, o termo em si tem uma dimensão antagónica. Se por um lado temos a dimensão de proteger o meio ambiente, por outro, temos de incentivar o desenvolvimento económico como catalisador para a economia de um país. “Mas essa conformidade é possível através da utilização racional dos recursos naturais” (Fernandes, 2015, p.11).

Segundo o Congresso de Belgrado, uma iniciativa promovida pela UNESCO em 1972, a EA tem como principal objetivo formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos.

Vivemos num mundo cada vez mais globalizado, por isso, embora a EA deve estar de acordo com a realidade de cada nação, é importante aprendermos através de diferentes políticas europeias as diferentes formas de atuação e formação que existem nesta área. As oportunidades a nível da educação são inesgotáveis, mas para que na prática funcione é necessário desenvolver uma cooperação entre países, escolas, universidades, empresas, Organizações Não Governamentais (ONG's). Todos os *stakeholders* têm de estar alinhados para o cumprimento das políticas que variam em função da EA que cada país aplica, tendo em conta o seu contexto.

A República da Guiné-Bissau é um país com uma extensão territorial de 36.130 km² de área e com uma população de 2106 milhões de habitan-

tes¹. O país apresenta uma biodiversidade com grande abundância de organismos vivos e ecossistemas de uma relevância local e global. Estas características singulares são resultado da geografia única do país, “uma nação costeira que se situa numa zona de transição entre a savana árida subsaariana no Nordeste os ecossistemas húmidos e tropicais de florestas no Sul, que beneficiam de chuvas substanciais e rios” (Có, 2020, p.24).

No entanto, o crescimento da Guiné-Bissau não tem sido acompanhado por políticas ambientais adequadas à sua realidade, como consequência do seu desenvolvimento económico deficitário. Os Governos têm alertado ao longo dos últimos anos para a importância social e económica que a biodiversidade pode assumir para o país em causa.

É necessário inserir a EA nos currículos escolares através da interdisciplinaridade adaptada a cada ano de escolaridade, promovendo um desenvolvimento de políticas comuns. Deve-se analisar a oferta formativa no ensino superior e na formação avançada, nomeadamente na área das pós-graduações através de formações que possam dar resposta às necessidades da sociedade e do país.

Na sequência deste contexto, o presente estudo faz uma análise sobre a correlação entre ambiente e educação, com base em revisão bibliográfica, contrapondo diferentes teorias e a forma como pode a EA contribuir para o crescimento económico da Guiné-Bissau.

O sistema de educação na Guiné-Bissau

O sistema educativo na Guiné-Bissau tem a duração de 6 anos que corresponde à escola primária e o ensino médio tem a duração de 3 anos. A Guiné-Bissau, segundo os dados do Banco Mundial, tem um total de 311.000 alunos matriculados no ensino fundamental médio.

Existem ainda muitas discrepâncias regionais a nível da escolarização, nomeadamente, a Leste apenas 35% da população é escolarizada, quando comparado a 53,7%, no restante país. A educação não formal é constituída pela educação de adultos, escolas comunitárias e escolas madraças² (Có, 2020).

Identificam-se três tipos de sistemas educativos com base nos fatores socio-culturais: (1) indígenas (55% da população e é ministrada pela comunidade e pelas famílias); (2) Arabígene (40% ministrada pela comunidade muçulmana) e a

1. Consultado a 05 de março de 2024 e disponível em <https://www.dadosmundiais.com/africa/guine-bissau/index.php>

2. Escola Muçulmana (consultado a 19 de março de 2024 em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/madraca--escola-muculmana/22648>)

Europígene (com principal influência da comunidade portuguesa) (Cardoso, 1991).

Antes da instauração da nova da Lei Base do Sistema Educativo (2010) nem todas as escolas, como é o caso das madraças e das escolas populares, eram reconhecidas formalmente como parte integrante do sistema de educação. “Este sistema educativo está inserido num contexto de crescimento rápido da população essencialmente jovem, maioritariamente rural e pobre” (Có, 2020).

Segundo o Estudo Diagnóstico do Ensino Superior e Investigação Científica (2022) – ESIC – existe uma carência de dados e sistematização estatística referente ao Ensino Superior e a todas as suas dimensões. O país é composto por 31 instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas, sendo que a maior parte encontram-se sediadas na Região de Bissau (54,8%). A segunda região com maior número de IES é Biombo, tendo em conta a sua proximidade a Bissau e ao litoral.

O mesmo estudo revela que existe uma tendência crescente na procura do ensino superior no país, estimando cerca de 15000 alunos matriculados em 2025. Os dados referentes ao ano letivo de 2022 permite inferir que estavam matriculados 17025 alunos. Ou seja, o número de alunos previstos para o ano de 2025 já se encontra ultrapassado. Estes dados evidenciam que os jovens guineenses estão cada vez mais interessados no ensino superior, sendo a taxa de crescimento de 31% do ano letivo de 2020 a 2021 para 2021 a 2022.

Muitos dos cursos científicos e tecnológicos representam apenas 11% da oferta pedagógica no país em que existe apenas “um curso ligado à transformação de produtos agrícolas, um curso ligado à pesca e um curso ligado à indústria extrativa, testemunhando a dificuldade da economia guineense na transformação dos seus recursos naturais” (Carrega & Ruivo, 2022).

Como consequência, as empresas recorrem ao estrangeiro para conseguirem mão de obra qualificada em áreas de ação estratégica para a economia guineense. Existe uma forte necessidade de criar cursos relacionados com turismo que façam um uso mais eficaz da zona costeira do país. Existe necessidade de garantir a proteção da biodiversidade nestas áreas, no entanto, para que isso aconteça é necessário ministrar formações para qualificar os recursos humanos.

Continua a constatar-se um desfasamento entre as necessidades do mercado guineense e a oferta curricular existente. Há um excesso de ofertas em determinadas áreas de formação no ensino superior em detrimento de outras, que podem ser estratégicas para o desenvolvimento da economia do país. O ESIC (2022) revela um défice na oferta formativa em áreas como ciências da terra, da biologia, química, assim como a dificuldade em encontrar uma oferta mais prática em áreas como as da energia, água, turismo. Deve existir uma coordenação entre a oferta

nacional e as necessidades do país, estabelecendo prioridades em áreas estratégicas para a potencialização da economia do país.

No Ensino Superior existem algumas IES que disponibilizam apenas os graus de Bacharel e de Licenciatura. O grau de Bacharel corresponde ao Ensino Superior Técnico e destina-se exclusivamente à formação de professores. Verificam-se ainda dois problemas estruturais (1) a formação das pós-graduações e (2) articulação entre os diferentes níveis de ensino. A formação pós-graduada permite o acesso aos alunos ao grau mais baixo no ensino superior, quando comparado ao bacharelato e à licenciatura. A evolução e a aposta nestas áreas de formação devem estar definidas com as necessidades do país em função dos segmentos basilares da economia. Este desajuste entre a oferta formativa e as necessidades de mercado é uma consequência da falta de colaboração entre as diferentes IES públicas e privadas, os Centros de Investigação e as empresas.

É fundamental apostar na internacionalização do Ensino Superior e das áreas de investigação como uma “oportunidade incontornável para concretizar quer um crescimento quer melhorias no sistema se deve apostar em parcerias entre instituições de Ensino Superior nacionais e internacionais assim como apostar na mesma dinâmica junto dos Institutos de Investigação Científica” (Cabrito et al., 2022, p.49).

A cooperação e a internacionalização das IES, conseqüentemente, trarão mais ganhos para o Ensino Superior no país permitindo fazer (1) uma atualização de conhecimentos, (2) inserir as IES num contexto global e aberto, (3) aumentar a visibilidade, (4) alargar a comunidade académica, (5) mobilizar recursos intelectuais, e (6) promover a colaboração em áreas de investigação. Deve-se ainda apostar em Programas Erasmus que promovam a cooperação entre os países de África e da Europa e que tenham previstas mobilidades de alunos e docentes, contribuindo para a partilha de conhecimentos e inovação (Cabrito et al., 2022, p.49).

A Educação Ambiental

Existem várias definições de Educação Ambiental, no entanto, em 1975 no Congresso de Belgrado, promovido pela UNESCO foi definida como “(...) formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam (...)”.

Já no Capítulo 36 da Agenda 21, a Educação Ambiental é definida como um processo que procura “desenvolver uma população que seja consciente e

preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos (...)” (Capítulo 36 da Agenda 21).

Quando se fala em EA está-se a referir ao ato explicativo de constatar valores e problemas, assim como possíveis soluções sobre uma gestão otimizada dos recursos naturais. O objetivo é de sensibilizar a audiência para a adoção de boas práticas e preservação do meio ambiente, isto é, “a educação ambiental deve levar o homem a viver em harmonia com a natureza, passando pela participação de todos os cidadãos na solução dos problemas ambientais, o que significa compreender o ambiente” (Seara, 1987, p. 42).

A educação ambiental segundo Filho (1987) tem fundamentalmente os seguintes aspetos: (1) solução de problemas ambientais; (2) educação e interdisciplinar; (3) integrar a educação e a comunidade; (4) educação ativa e permanente com objetivos futuros de sustentabilidade; e (5) mudança de atitude e comportamentos. No entanto, devido à abrangência do tema, não é possível condensar toda a informação numa única disciplina devido à multiplicidade de temas que lhe são inerentes. A educação ambiental é, inegavelmente, uma abordagem interdisciplinar.

É possível ainda identificar três dimensões na área segundo vários autores (1) educação formal; (2) educação não formal e (3) educação informal. A educação formal é aquela que é acedida nas escolas e que está inserida nos currículos dos diferentes ciclos de estudos. A educação não formal corresponde à partilha de experiências e acontece geralmente em espaços coletivos e a educação informal é a troca de valores tendo em conta a cultura e os hábitos de uma determinada sociedade e acontece na partilha com a família e entre amigos (Almeida, 2014).

Todas elas encontram-se interligadas, embora a mais aplicada seja a formal e deve ser acedida gratuitamente por todos os cidadãos. Em quase todos os países a educação ambiental é uma obrigação e deve continuar a sê-lo, cada vez mais. A EA deve ser trabalhada em todas as vertentes educacionais para que a sociedade fique cada vez mais sensibilizada sobre este tema. Para isso, é crucial que cada país promova uma série de políticas públicas e desenvolva no âmbito da educação formal vários programas e iniciativas que abordem estas três dinâmicas educacionais. «Quando se tem a utopia do desenvolvimento sustentável e um futuro sem ameaças e problemas ambientais, a única “arma de combate” e a única “saída” é a educação» (Oliveira, 2020).

Segundo Leff (2010) a atuação da EA na educação formal promove a reflexão e acrescenta valor ao sistema educacional de um país, contribuindo taxativamente

para a segregação das práticas educativas dos docentes e complementando os planos curriculares de cada instituição de ensino. Neste contexto a EA deve ter como finalidade a mudança de atitude na vida das pessoas, alterando a relação entre o Homem e o meio-ambiente, contribuindo para a sustentabilidade do planeta através da implementação dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida no âmbito da educação formal e não-formal.

Para Carvalho (2012) a EA contribui para a renovação do sistema de ensino, promovendo uma constante atualização dos currículos escolares, promovendo a interdisciplinaridade, unindo a pedagogia à sustentabilidade ambiental e, como consequência, desenvolve um sujeito ecológico.

Para Gomes & Nakayama (2016) a EA promove a transformação da sociedade e ao inter-relacionar pedagogia e ambiente cria, como resultado, educadores ambientais. Os professores passam assim a ter, simultaneamente, duas funções: (1) educar de acordo com o currículo e com a sua área de formação; e (2) transmitir conhecimentos e promover a reflexão sobre o ambiente, dando um novo sentido à existência humana.

Existem ainda alguns conceitos que estão associados à EA (1) Desenvolvimento Sustentável e (2) Desenvolvimento Local. O primeiro é assente na necessidade de proteção e preservação do ambiente promovendo o desenvolvimento económico, mas sem comprometer o meio ambiente. Existe uma “necessidade de conjugação da defesa do ambiente em conjunto com o desenvolvimento. O intuito principal referia-se à necessidade de encontrar equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento socioeconómico” (Fernandes, 2015). O segundo conceito é uma consequência direta do fenómeno da globalização. Prevê que as localidades através da utilização eficiente dos seus recursos criem oportunidades benéficas para o coletivo através da implementação de iniciativas que contribuem para o desenvolvimento económico numa escala micro, tendo em conta que as ações implementadas têm um baixo impacto social e ambiental (Battassini & Costa, 2009).

A formação de professores

Para diversificar a oferta formativa e melhorá-la é necessário apostar na formação dos professores nas mais diversas áreas, dotando-os de uma consciencialização e de conhecimentos sobre a EA. Deve ser tida em consideração a exploração e transformação de recursos naturais, assim como exportação de outros bens e serviços com base numa abordagem sustentável. Esta formação irá contribuir para reduzir as assimetrias regionais latentes e capacitar o corpo docente de melhores qualificações, permitindo às escolas e IES “dotar todas as regiões do país de escolas superiores técnicas especialmente vocacionadas para oferecer

formação superior ajustada às riquezas naturais de cada região” (Cabrito et al., 2022, p.33).

As instituições universitárias, segundo avança o relatório da ESIC, são as que apresentam um corpo docente mais qualificado. Pelo contrário, as escolas superiores de educação apresentam um conjunto muito grande de professores com qualificações académicas mais deficitárias.

Devido à falta de recursos humanos devidamente qualificados para a área da docência muitas instituições de ensino recorrem à contratação de profissionais de diferentes áreas do mercado, como a indústria e serviços, para ministrar alguns cursos, mesmo que não disponham de competências pedagógicas para o fazer.

Como resultado, o professor tem a função de transmitir o seu ‘*know-how*’ com base na sua experiência profissional, sendo essencialmente focada “na transmissão de conhecimento sendo pouco sustentada pela investigação” (Cabrito et al., 2022, p.39).

A falta de docentes qualificados acaba por dificultar o desenvolvimento das áreas de investigação e pesquisa, sendo um elemento fulcral para a contribuição do desenvolvimento do ensino no país. São poucos os docentes que conseguem estar ligados a projetos de pesquisa e inovação científica e pedagógica, inclusive nas áreas ambientais.

Principais objetivos e ações para implementação da Educação Ambiental

Existe uma relação direta entre cultura e EA. No entanto, ao longo da história são vários os filósofos que defenderam teorias que colocavam o Homem num patamar superior ao da natureza. Esta era um meio que estava à plena disposição do Ser Humano podendo fazer uso ilimitado dos seus recursos. Muitos defendem uma separação clara entre Homem e natureza. O primeiro com valor intrínseco e uso pleno das suas virtudes e capacidades mentais, e o segundo era entendido como um valor instrumental e para uso exclusivo do Homem. Mas em 1981, Regam, já começava a alertar para os problemas ambientais em consequência das visões que contrapunham o Homem e a natureza, que começava a ser vista com um valor intrínseco. Surgem nos anos subsequentes mais autores que vêm corroborar esta perspetiva defendendo que a preservação da natureza contribui para a preservação da sobrevivência da humanidade.

Para Caride e Meira (2001) a EA tem a função de transformar o comportamento do Homem e a sua relação relativamente ao meio ambiente, consciencializando-o e dotando-o de uma nova atitude relativamente ao meio ambiente que o rodeia. Segundo os mesmos autores, tanto a educação académica como a não académica é importante para sensibilizar sobre as questões da EA.

A principal abordagem da EA passa por (1) compreender a relação entre o ambiente e o desenvolvimento sustentável; (2) inseri-la nos planos educacionais promovendo a interdisciplinaridade; e (3) facilitar o acesso à educação para o desenvolvimento sustentável. (Caride & Moreira, 2001).

Para que estes objetivos sejam concretizados os autores defendem que devem ser tomadas um conjunto de ações, como: (1) desenvolver estratégias que integram a EA e o desenvolvimento sustentável nos diferentes níveis de ensino; (2) promover programas de formação para docentes e gestores escolares, bem como todos os envolvidos no processo educacional a fim de aumentar os conhecimentos sobre a EA; (3) desenvolver programas de ensino não académico e de educação para adultos; (4) criação de redes nacionais e locais que promovam ações de sensibilização sobre o tema; (5) criação de materiais didáticos e informativos que alertem para os cuidados a ter com o meio-ambiente; (6) promover o turismo sustentável; (7) desenvolver campanhas de comunicação que alertem para a importância da sustentabilidade, incluindo diferentes segmentos de forma a chegar ao maior número de pessoas possíveis e reforçando as iniciativas desenvolvidas nas escolas e ações de formação.

As ações desenvolvidas no âmbito dos objetivos definidos devem contribuir de forma positiva para uma mudança de comportamento ativo por parte do cidadão em relação ao ambiente. “O mundo é composto por vários países, cada um com a sua cultura, os seus costumes, a sua realidade, por isso as ações da EA variam de país para país, de etnia para etnia, de sociedade para sociedade, de comunidade para comunidade, já que além de serem vários países, cada um tem a sua própria estrutura e realidade social, étnica, económica, cultural e ambiental” (Oliveira, 2020, p.31).

Assim, para que a EA seja conducente aos objetivos definidos é necessário ter em conta a realidade sociocultural e económica onde vão ser empreendidos.

A Educação Ambiental aplicada ao contexto da Guiné-Bissau

Benzinho e Rosa (2015) afirmam que a Guiné-Bissau tem entre 27 a 40 grupos étnicos sendo eles (1) Fula; (2) Balanta; (3) Mandinga; (4) Papel; (5) Manjaca; (6) Beafada; (7) Mancanha; (8) Bijagó; (9) Felupe; (10) Manssonca; (11) Balanta Mane. Muitas destas culturas mantêm os seus traços, rituais e valores ainda muito enraizados, como é o caso dos Bijagós (representam 1%), que têm uma ligação de valorização da natureza, em que lhes é inculcida a importância de preservação dos recursos naturais. Este tipo de relação faz com que muitas áreas sejam designadas pela lei como áreas protegidas. Por todas estas razões, e pela multiculturalidade que é subjacente ao país, é importante

adotar uma estratégia no âmbito da EA que seja transversal a estas características.

Existem ainda muito práticas culturais por parte de algumas comunidades que afetam os recursos naturais do meio ambiente e que são dispensáveis, é importante entendê-las e sensibilizar as populações locais para alterar alguns hábitos. “[O] educador ambiental tem o dever de disponibilizar instrumentos que permitam ao educando questionar a sua cultura e tradição, porque não é só pelo facto de ser tradição e cultura que temos de continuar a praticá-la, mas vale a pena ressaltar que antes de questionarmos qualquer que seja a cultura temos de a conhecer” (Oliveira, 2020, p.34).

A EA deve ter a função de alertar para a importância de preservar a natureza, podendo manter as atividades culturais de cada grupo étnico. O objetivo é preservar o meio-ambiente não colocando em causa a atividade cultural. Para mobilizar a população para esta ação deve alertar e fornecer os conteúdos necessários para sensibilizar os cidadãos de forma a despoletar uma ação coletiva.

Na Guiné-Bissau existem uma série de Organizações Não Governamentais – ONG – financiadas essencialmente por parceiros internacionais e com ações diferentes. Existem algumas que atuam em temáticas ambientais e que têm uma grande importância na formação da população para este tipo de questões. Contribuem ainda para alertar os cidadãos sobre a importância da adoção de práticas de sustentabilidade e formas de ultrapassar a degradação ambiental do país. Muitos destes temas são desenvolvidos através de uma EA não formal, mas que muitas vezes, por falta de conhecimentos ou planeamento, acabam por ter âmbitos e informações que se dispersam no tempo não se revelando eficazes na sua execução.

Verifica-se ainda uma instabilidade nos programas educativos onde está a ser implementada a EA, não permitindo que este tipo de informação chegue a todos, principalmente, nas áreas rurais, sendo o papel das ONG crucial para a disseminação destes conteúdos nestas áreas em particular.

Entre 1995 a 2015 foram criadas Escolas de Verificação Ambiental – EVA, que têm uma grande projeção e dinâmica no país, pois contribuíram em larga escala para a “formação de cidadãos com valores e comportamentos relacionados com a criação de uma nova cidadania, que se preocupa com a proteção, recuperação e gestão dos recursos naturais” (Có, 2020, p.36). Mas ainda assim são insuficientes na sua execução. É necessária uma ação de maior dimensão de forma a chegar a todos.

Em abril de 2019 a Guiné-Bissau recebeu a V Conferência Internacional sobre a Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e foram definidos os seguintes objetivos: (1) fortalecer processos conjuntos de investigação, formação

e informação, no âmbito da EA; (2) desenvolver investigação e produção científica em português no âmbito da EA, promovendo a sua divulgação; (3) promover a divulgação através da comunicação educativa sobre iniciativas de EA através de materiais pedagógicos; e (4) contruir um processo de aprendizagem que adapte a identidade cultural ao discurso e fundamentos da EA (Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (V), 2019).

Como referido, a Guiné-Bissau tem apenas um curso na área do ambiente e do mar, quando apresenta uma vasta extensão de costa que pode ser explorada de forma sustentável e uma fonte de dinamização económica do país. Existe pouco investimento nestes segmentos estratégicos, bem como na investigação universitária em áreas como a ecologia, ambiente, recursos naturais, a agricultura, a pesca (Cabrito et al., 2022, p.35).

Estão disponíveis uma série de programas que têm grandes oportunidades para apostar no desenvolvimento do país nestas áreas, como é o caso do Programa do Pacto Ecológico Europeu que promove a transição verde dos países e das economias com uma atuação até 2050, além da Europa. Entre 17 e 18 de fevereiro de 2022, em Bruxelas, foi aprovada uma cooperação no âmbito da investigação e inovação entre África-Europa de pelo menos 150 milhões de euros, com enfoque na área da educação e no desenvolvimento de parcerias-chave na Europa e com os restantes países da CPLP (Cabrito et al., 2022). Existem mais programas em que o país pode recorrer a fundos europeus para apostar no desenvolvimento da EA e numa maior consciencialização para a sustentabilidade, mas para que isso aconteça é necessário desenvolver investigação que possa dar origem a projetos que atuem nestas áreas. É insofismável que é através da educação e formação de recursos humanos que se consegue dar seguimento a estes objetivos.

Conclusões

Não se pode falar em sustentabilidade sem, inerentemente, correlacionarmos com a EA. Esta é o instrumento que leva ao desenvolvimento e, conseqüentemente, à sua implementação. Ambos os termos remetem-nos para um terceiro: a consciencialização ecológica. Estas abordagens e a importância da natureza são atualmente uma preocupação mundial que nenhum país pode descurar. Associado ao termos de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local está o conceito de crescimento económico tendo sempre em conta a proteção do meio ambiente. Isto é, para que um país se possa desenvolver economicamente, deve ter sempre em conta a proteção do meio ambiente. Mas para que isso aconteça é imprescindível desenvolver uma Educação que consciencialize a população para estes temas.

A Guiné-Bissau devido às suas características geográficas apresenta um forte potencial de crescimento, em diversas áreas e segmentos. É um país rico em recursos naturais com uma vasta área costeira que deve ser explorada de forma consciente e a Educação Ambiental deve ser um elemento a considerar para permitir o crescimento destas áreas através de uma exploração assente no conceito sustentabilidade.

A revisão bibliográfica diz-nos que a Guiné-Bissau desenvolve algumas ações no âmbito da EA através da educação formal e não formal, no entanto, não se encontram adaptadas às características socioculturais da comunidade local. Para que a EA seja eficaz é necessário que alerte para os problemas do país e despolette nos seus intervenientes a sensibilização para os temas da proteção do meio ambiente, levando-os a agir. No entanto, esta comunicação tem de ser adaptada e responder aos problemas efetivos do país. Não se pode usar as mesmas metodologia e diálogos que são usados, por exemplo, na Europa, uma vez que a realidade da Guiné-Bissau é bastante diferente.

Outra das constatações desta análise é a oferta formativa nos diferentes ciclos de ensino. Há uma dispersão dos conteúdos programáticos nesta área de estudo, não existindo uma uniformização ou obrigatoriedade em comunicá-los. A inclusão destes temas na formação de docentes é ainda recente e revela uma falta de preparação. A aposta na formação de professores é inegável para que se tornem agentes mobilizadores e disseminadores da EA. A sustentabilidade tem de ser um ponto obrigatório, tanto na inclusão da formação de docentes como nos currículos escolares, para que seja um agente mobilizador

A falta de oferta de cursos no ensino superior dedicados à formação nas áreas do ambiente é uma representação da forma como a EA está ainda a ser descurada e é inapropriada à realidade do país. É necessário analisar as suas características, bem como para adaptar a oferta às necessidades da economia guineense e da população local. Só assim será possível capacitar os cidadãos de conhecimentos que possam vir a ser aplicados no mercado de trabalho, não havendo necessidade de ir buscar mão de obra qualificada ao estrangeiro. Por esse motivo, a EA, assume relevância para o desenvolvimento económico, quando implementada apropriadamente.

Esta visão é corroborada tendo pelos conceitos e teorias supramencionadas. Estão assim reunidas as condições, face aos argumentos apresentados, para se inferir que para uma otimização da EA na Guiné-Bissau é necessário desenvolver as seguintes iniciativas: (1) apostar na investigação em áreas estratégicas para o país, como o ambiente, conservação da natureza, sobrevivências das espécies, educação para o ambiente, agricultura; (2) aumentar o nível de colaboração entre

as IES públicas, privadas, Centros de Investigação e empresas; (3) apostar na formação dos docentes para a EA; (4) desenvolver uma abordagem comum aos diferentes níveis de ensino que inclua a EA adaptando-a aos diferentes anos de escolaridade em que está a ser ministrada; (5) promover a interdisciplinaridade da EA; (6) desenvolver em colaboração com as ONG's, escolas, IES e Centros de Investigação uma abordagem segmentada na implementação da educação formal e não formal da EA, chegando ao maior número de pessoas; (7) desenvolver pós-graduações e mestrados em áreas estratégicas da EA no país; (8) promover a colaboração com universidades europeias para ministrar pós-graduações em áreas da EA trazendo mais conhecimento para a Academia; e (9) criar apoios financeiros para a implementação de políticas por parte do Estado nas áreas ambientais.

Os Fundos Europeus e os diferentes acordos com a União Europeia e membros da CPLP podem contribuir de forma profícua para o desenvolvimento de novas parcerias estratégicas no âmbito de ações de EA e na aposta em projetos de pesquisa e inovação nas áreas do ambiente. Estes tipos de iniciativas permitem ainda um maior contacto entre as universidades e as empresas e são uma forma de executar mobilidades de docentes e alunos que contribuem de forma ativa para a investigação nestas áreas, além de melhorar a qualificação dos nossos Recursos Humanos.

É concludente que a Guiné-Bissau é um país cheio de oportunidades no que concerte ao crescimento da EA para uma maior consciencialização da população para a adoção de práticas mais sustentáveis.

Bibliografia

Almeida, M. S. B. (2014). Os desafios da escola pública Paranaense na perspetiva do professor PDE. Produções didático-pedagógicas. Cadernos PDE.

Battassini, P., & Costa, B. (2009). Desenvolvimento Local e Educação Ambiental: Questões e desafios. Universidade Católica Dom Bosco.

Benzinho, J., e Rosa, M. (2015). Guia Turístico: à descoberta da Guiné-Bissau. Coimbra: Gráfica Ediliber.

Cabrito, B., Cardoso C., Réfega, S., Branco, J., Pinto, C. (Coord.). (2022). *Estudo Diagnóstico do Ensino Superior e Investigação Científica: Oportunidades e Recomendações*. (Fundação Fé e Cooperação, Eds.). https://www.fecong.org/wp-content/uploads/2022/12/ESIC_2022_web.pdf

Cardoso, C. (1991). Educação e Endogeneidade: O caso da Guiné-Bissau. Soronda, Revista de Estudos Guineenses, 12, pp. 147-154.

Caride, J. A. & Meira, P. Á. (2001). Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano. Lisboa: Instituto Piaget. Gráfica Santiago, LDA.

Carvalho, I. C. M. (2012). *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.

Có, H. (2020). *Direito de Ambiente, Recursos Naturais e Energias*. [Tese de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa]. Repositório aberto da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/49792/1/ulfd0149018_tese.pdf

Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (V). (2019). *Crise ecológica e migrações: Leituras e respostas da Educação Ambiental*. Obtido em 10 de 10 de 2019, de Estratégia Nacional de Educação Ambiental: <https://enea.apambiente.pt/content/v-congresso-internacional-de-educa%C3%A7%C3%A3oambiental-dos-pa%C3%ADses-e-comunidades-de-l%C3%ADngua-0>

Conselho da União Europeia. (s.d.). Green Deal. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/>

Fernandes, M. (2015). Marina Gonçalves Fernandes. *Educação Ambiental Como Meio Para o Desenvolvimento Local*. [Tese de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança]. Repositório Aberto do Instituto Politécnico de Bragança. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/12040/1/Marina%20Gon%C3%A7alves%20Fernandes.pdf>

Gomes, R. K. S. e Nakayama, L. (2016). A Educação Ambiental formal como Princípio da Sustentabilidade na Práxis Educativa. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – REMEA*. Volume Especial, 11-39.

Leff, E. (2010). *Ecologia, capital e cultura: pital e cultura racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Ed. da Furb.

Lusa. (2022, junho, 08). *Guiné-Bissau: estudo revela que ensino superior não contribui para desenvolvimento e reduzir pobreza*. Ensino Magazine. <https://www.ensino.eu/ensino-magazine/lusofonia/2022/guine-bissau/>

Marcatto, C., Petres, A., Passos, D., Junqueira, J., Baggio, M., Oliveira C., Cezar, J. (2002). *Educação Ambiental: Conceitos e Princípios*. (Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM Assessoria de Educação e Extensão Ambiental – AEX). Disponível em https://jbb.ibict.br/bitstream/1/494/1/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf

Oliveira, P. (2020). *As ações de educação ambiental desenvolvidas pelas ONG nas comunidades rurais da Guiné-Bissau*. [Tese de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança]. Repositório Aberto do Instituto Politécnico de Bragança. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/22937>

Seara Filho, G. (1987). Apontamentos de introdução à educação ambiental. *Revista Ambiente*, 1(1), 40-44. Disponível em <https://revista.cetesb.sp.gov.br/revista/article/view/16>

Data de receção: 25/3/2024
Data de aprovação: 2/9/2024